

# Recurso contra pena branda

17

*Promotora recorre contra decisão da juíza que aliviou situação dos jovens que mataram o índio Galdino*

LAYRCE DE LIMA

O planejamento do crime cometido contra o índio pataxó Galdino Jesus dos Santos é o principal argumento da promotora Maria José Pereira na tentativa de convencer os desembargadores do Tribunal de Justiça do DF a devolver o julgamento para o júri popular. A promotora recorrerá da sentença de desclassificação proferida pela juíza Sandra de Santis assim que for notificada oficialmente da decisão. A condenação do menor G.N.A.J. a reclusão por homicídio triplamente qualificado pelo Juizado da Infância e Adolescência também será lembrada no recurso.

"Se essa decisão vale para ele tem que valer para todos", argumenta a promotora. "Eu respeito a juíza mas discordo do seu pensamento jurídico", diz. Maria José vai insistir na tese de que ao jogar dois litros de álcool no corpo do

índio Galdino e riscar os fósforos, tanto G. quanto Max Rogério, Antônio Novelty, Eron Chaves e Tomás Oliveira estavam assumindo os riscos de um possível homicídio.

**Premeditação** - Maria José reanalisará todo o caso, ponto por ponto, e pretende argumentar com base em cada prova, tentando mostrar a situação jurídica e suas conseqüências. "Eles premeditaram o crime desde o começo", diz. A promotora pretende provar isto lembrando que os quatro jovens dividiram tarefas desde que tiveram a idéia de aplicar a "brincadeira" até o momento de riscar os fósforos.

"Tinha carro demais nessa história e cama de menos", acusa. O fato de Max ter trocado de carro quatro vezes naquela noite, parado o Monza na pista oposta à parada de ônibus onde dormia Galdino, para que não fosse reconhecido e a mentira para o frentista do posto

que vendeu o álcool achando que seria para um carro sem combustível também estarão em destaque no recurso.

Embora os rapazes tenham confessado que queriam fazer uma brincadeira, sem intenção matar o índio, a promotora não concorda que a pena de quatro a 12 anos, a que estão sujeitos os acusados pelo artigo 129 (lesão corporal seguida de morte) seja suficiente para puni-los. Isto porque mesmo que a pena seja rigorosa, ela não poderá chegar a 12 anos, já que os acusados são menores de 21 anos, confessaram o crime e são réus primários. "Se forem condenados a oito anos, eles já começam no regime semi-aberto", reclama. De acordo com a promotora, se a pena for de quatro anos, os quatro rapazes estarão automaticamente em regime aberto. Maria José conta com mais alguns meses de demora antes da leitura da sentença final no caso.

## DECISÃO

### Denúncias não intimidam juíza

"Não posso julgar diferentemente dois casos iguais só porque um teve repercussão". Com esta afirmação, a juíza Sandra de Santis deixou claro ontem que não pretende se intimidar com as acusações de que teria amenizado o crime cometido por Max Rogério, Antônio Novelty, Eron Chaves e Tomás Oliveira. A juíza defendeu-se dizendo que decisões semelhantes à que tomou na terça-feira são comuns no Tribunal. "Eu mesma já fiz isso inúmeras vezes".

Ela exemplificou a situação lembrando o caso de Ubiraci Alves Pereira, condenado em 1996 pelo juiz Roberval Belinati a seis anos de prisão em regime fechado. Ubiraci matou a filha Gabriela, de 5 anos, no dia 16 de fevereiro de 1995. A morte foi por espancamento. "Eu desclassifiquei o crime para lesão corporal seguida de morte a pedido do próprio Ministério Público", conta Sandra.

Avessa a entrevistas, a juíza se

estende quando lembra do caso. "Eu saía do Tribunal arrasada por causa das informações do laudo". A conclusão dos peritos foi de que Gabriela morreu porque apanhava freqüentemente. No dia de sua morte, ela apanhou porque se recusava a comer um pedaço de carne.

De acordo com a juíza, a conseqüência do ato criminoso não deve ser analisada para determinar o tipo do crime, e sim a pena adequada para puni-lo. "Na determinação do crime a gente tem que ver é a intenção e não o resultado". Para Sandra de Santis, a intenção dos jovens não era matar, embora fosse confessadamente de ferir o índio Galdino. Ela explicou ainda que o resultado do crime, ou seja, a morte do pataxó deverá ser levada em conta pelo juiz que determinar a pena. "É por isso que é muito difícil que eles sejam condenados a pena mínima como se tem dito na imprensa", diz. (L.L.)

Alan Marques



Promotora Maria José Pereira quer o crime julgado pelo Tribunal do Júri

Alan Marques



Juíza Sandra de Santis afirma que se julga a intenção e não o resultado

## REPERCUSSÃO

■O governador Cristovam Buarque lamentou, ontem, a decisão da juíza Sandra de Santis: "Brasília vai continuar sendo vista como a capital da impunidade", desabafou Buarque. Para o governador, todo o esforço de seu governo em capturar e entregar os jovens à Justiça e a mobilização da cidade em torno do crime foram em vão. "Prefiro não comentar o mérito da decisão, mas da forma como foi dada não fará bem algum à imagem da cidade", disse.

■O ministro da Justiça, Íris Rezende, disse ontem que, apesar de a morte do índio pataxó Galdino Jesus dos Santos ter emocionado o País, a decisão da juíza Sandra de Santis "merece respeito. Ela entendeu que os autores do crime não queriam a morte", afirmou Íris. Segundo ele, as manifestações contrárias à sentença da juíza também não devem ser levadas em consideração. "Um juiz não pode condenar ou absolver alguém pensando em manifestações de terceiros, mas julgar o que está no processo".

■A decisão da juíza irritou o secretário nacional de Direitos Humanos, José Gregori. Ele ressaltou, porém, que a mudança na tipificação do crime dos quatro estudantes poderá mudar no Tribunal de Justiça do Distrito Federal. "Só a Justiça corrige a Justiça", afirmou Gregori. "A decisão não é definitiva e tenho a expectativa que o Tribunal de Justiça não irá frustrar a opinião pública, que exige uma punição severa e justa para este caso".

■O cacique da tribo dos pataxó, Wilson Jesus dos Santos, afirmou ontem estar "chocado" com a decisão da Justiça de Brasília. "Nós pedimos para que as autoridades tenham vergonha na cara e façam Justiça. Índios e mendigos não são papel para serem queimados toda hora", disse. Wilson, sobrinho de Galdino, afirmou que entrará em contato com os advogados para recorrer na Justiça contra a decisão, além de embarcar para Brasília com sua família para acompanhar de perto o processo e "pressionar as autoridades". O cacique confirmou que pelo menos 100 índios virão a Brasília no dia 7 de Setembro para promover um ato público contra a impunidade no caso Galdino.